

A preservar e a pensar o futuro do património

20 anos de atividade

Fátima de Llera Blanes | In Situ – Conservação de Bens Culturais, Lda. | fatimallera@insitu.pt

A In Situ faz, neste ano de 2016, vinte anos de existência a tratar do património de todos. A sua especialização na execução de obras de conservação e restauro na área do património edificado e integrado, ao longo destes anos, permitiu acumular uma experiência muito diversificada, produzindo serviços também nas áreas do levantamento, estudo e diagnóstico de bens móveis e imóveis.



Os desafios que surgem a partir das necessidades dos clientes levam a que seja preciso constituir equipas com as mais variadas valências, motivando um crescimento intelectual e pessoal de forma a garantir uma resposta cabal e um padrão de qualidade reconhecido no mercado. A experiência e o mérito dos técnicos resultam numa sensibilidade e critério na escolha da metodologia para a conservação do património histórico e artístico, bem como no compromisso técnico-científico e durabilidade das obras.

Para registo das intervenções no património, julgamos relevante a utilização de métodos auxiliares de levantamento e diagnóstico dando primazia a técnicas inovadoras de fotografia com recurso à orto-foto e luz rasante para as superfícies parietais, filmagem com aeronaves não tripuladas para a inspeção de locais inacessíveis ou de grande escala, produção de filmes, modelação 3D e 360°. Antecedendo os processos de intervenção, deve-se proceder ao estudo, diagnóstico e caracterização de materiais em laboratório, em parceria com instituições públicas de mérito científico. Em 2015 a In Situ ganhou o Prémio de Internacionalização na Feira do Património em Coimbra.

1 Forte de Santa Catarina, na Figueira da Foz.
Intervenção de reabilitação.
© Sergiy Scheblykin



A tomada de consciência: o valor histórico, simbólico e intangível

A preservação do património transcende a mera preservação material de uma edificação antiga.

Na era da globalização ou da mundialização do património, ou como tão bem descrito por Françoise Choay, a revolução eletro-telemática, o duplo desenvolvimento dos instrumentos eletrónicos e das redes de telecomunicação, surgem os avatares do monumento histórico, numa necessidade premente pela comercialização do património. Entrámos na era do Turismo, na necessidade de introduzir conteúdo cada vez mais sofisticado e tecnológico. E precisamente porque por vezes as obras de preservação do património mais parecem tratar de criar um produto, para nele inserirem conteúdo, nunca é demais voltar a lembrar a razão pela qual conferimos ideais de preservação ao património, no seu sentido lato. Os valores históricos, técnicos e artísticos, com promoção institucional, utilizados como principais

argumentos para a recuperação de um objeto, são por vezes vazios de um caráter simbólico e social, de vida, de erros e constrangimentos, da sua história (contada) por vezes bem mais interessante que a história (fabricada).

Choay, numa reflexão sobre as questões do património, refere que esta palavra é uma redução a um simples substantivo das duas formas lexicais “monumento” e “monumento histórico”. No caso, monumento, do substantivo latino monumentum deriva do verbo mone-re – “lembrar”. Noutras palavras, a palavra monumento apresenta uma visão antropológica de lugares de memória, que assumem um importante significado por fazerem parte da memória coletiva de um determinado grupo, a memória de um passado comum e de uma identidade social, traduzindo um sentido de pertença, do lugar que traduz a história de uma comunidade. Em contraposição, o monumento histórico é um objeto escolhido num corpus de edifícios preexistentes devido ao seu valor histórico, artístico, tecnológico, não destinando-se à memória viva mas sim, à memória intelectual.

O papel do conservador-restaurador na apreensão do monumento

Os valores dos monumentos, longe de ser imediatamente dados à percepção, não são apreendidos senão à custa de um trabalho contínuo e exigente, tratando-se por vezes da integração intelectual da obra (de restauro) no campo do saber histórico, técnico, estético e antropológico, conduzido por uma experiência física, ao mesmo tempo ativa e contemplativa.

As intervenções de conservação e restauro exigem um coordenador de projeto ou de obra com uma grande capacidade de análise do objeto, sabendo olhar, ouvir e compreender, para além de um domínio sólido da teoria e prática da conservação. Nesse sentido, a escolha da intervenção técnica deve estar ligada a um projeto de intervenção executado com base na recolha do maior número possível de dados sobre o objeto em tratamento. O projeto de conservação não deve apenas conter a definição tecnológica do tratamento da degradação, mas também, uma avaliação atenta de todas

2 | Área de atuação da empresa em Portugal e obras por distrito.

3 | Horto do Paço dos Henriques, Alcáçovas. Conservação e restauro de embrechados. © In Situ



as soluções possíveis, estudos prévios e sondagens, devendo condicionar a futura intervenção para que esta não anule a identidade do bem através da criação de artifícios que visam conferir uma atração artificial para que este se torne visitável e desejável.

A sustentabilidade da arte de preservar

O património, espelho de sociedades e vivências, que transparece um manancial de experiências que sucumbiram à usura do tempo, por vezes simples mas eficazes, permite-nos entender que, nós, o ser humano contemporâneo, mais evoluído e tecnológico, por vezes somos superados pelo pragmatismo dos nossos antecessores.

Em contraposição aos atuais materiais de construção cada vez mais fabricados com resinas sintéticas e solventes, apresentando uma pegada ecológica pesada, a busca de matérias-primas de baixo impacto, como a cal e a terra, mais compatíveis no âmbito patrimonial (e não apenas) e sustentáveis, são lentamente reintroduzidos na arte da construção e reabilitação.

O recurso a materiais locais como matéria-prima preferente foi sempre uma prática corrente nas antigas obras de construção. As empresas de conservação e restauro, dentre as quais o grupo de trabalho da In Situ se destaca na sua deontologia, utilizam a cal, os pigmentos naturais, os agregados de boa qualidade, a madeira, as cargas e resinas naturais, entre outros. Esta prática permite, para além da dinamização da economia regional e das artes locais, a reconstituição da técnica existente com materiais iguais ou compatíveis, consoante as necessidades do

local e as características designadas. Assim, enquanto a reabilitação de cariz meramente “comercial” se preocupa estritamente com as soluções no que diz respeito à degradação física imediata do edificado, às garantias da obra (2, 5 ou 10 anos) e dos produtos (fabricantes), o tempo e os custos associados, a conservação e o restauro – tal como a genuína reabilitação – acrescentam a preocupação da compatibilidade, durabilidade e sustentabilidade, dando prioridade a materiais reutilizáveis, reciclados e naturais. Estes cuidados estão intrinsecamente ligados à redução de consumo, mas também, com as questões ambientais e sociais, e ainda, com a boa utilização e manutenção do objeto a preservar. O conservador, cujo objetivo é preservar para uma memória futura os bens patrimoniais, não pode senão pensar na minimização do consumo dos recursos (energia, água e materiais) e na degradação ambiental (através da criação de um ambiente construído saudável) garantindo assim um futuro para si e para o objeto.

O futuro da preservação do património

O restauro, graças aos conhecimentos técnicos em progressão contínua, na medida em que progride a investigação, é a disciplina prática que pretende substituir as intervenções e reparações empíricas, e por vezes pouco dignas, da atividade da construção/reabilitação. No entanto, o número de condicionantes e de regulamentos a cumprir para a reabilitação de uma estrutura (acessibilidade, segurança, isolamento térmico e acústico) com o objetivo de garantir as certificações e a legislação vigente, apesar do regime de exceção, são impeditivas da salvaguarda leal e integral de um edifício ou monumento histórico.

É necessária uma consciencialização por parte dos governantes e dos empresários do imobiliário ou da construção civil para que exista uma maior dignificação da reabilitação patrimonial, evitando o “fachadismo” ou “finge que”, iludindo a sociedade para uma falsa arte de saber fazer, com cartazes que se multiplicam pelas cidades informando que “estamos a preservar o património”, implementando a descaracterização da imagem urbana, deixando para o esquecimento os edifícios que, com a linguagem de uma época, faziam parte da memória de um povo. É imprescindível definir prioridades e planejar o futuro, estabelecendo programas e projetos que se desdobrem e que possuam como principal objetivo a sustentabilidade material com o mínimo impacto ambiental, utilizando os mínimos recursos (mone-tários e materiais) e que garantam a preservação e a conservação patrimonial.

Desde a sua criação em 1996, a In Situ sempre procurou investigar, compreender e assimilar a experiência dos nossos precursores, tendo por objetivo enriquecer a sua visão da história, implementando, no presente, medidas para o futuro. ■

REFERÊNCIAS

- CHOAY, Françoise – *As questões do Património, Antologia para um Combate*. Edições 70.
- DIAS, Luís Filipe Sousa da Costa – *A Sustentabilidade na Reabilitação do Património Edificado*, Dissertação obtenção do Grau de Mestre em Engenharia Civil – Construção, FCT, Lisboa, 2012.
- LLERA, Fátima de – *Preservar o património Porquê? In País Positivo*.
- TAVARES, Martha – *A conservação e o restauro de revestimentos exteriores de edifícios antigos – uma metodologia de estudo e reparação*. Teses e Programas de Investigação, TPI 67, 2011, LNEC, Lisboa.